REVISTA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

SITIENTIBUS

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E FILOLÓGICOS

ARTIGO

O USO DA VÍRGULA EM DOIS CORPORA DO SÉCULO XIX: A ESCOLA COMO DIFUSORA DO PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO*THE USE OF THE COMMA IN TWO 19TH CENTURY CORPORA: THE SCHOOL AS A DIFFUSER OF THE GRAMMATIZATION PROCESS*

BRUNA SILVA BATISTA LUZ

Graduada em Letras pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB, Campus XXI). E-mail: brubsilvab@gmail.com.

WILLIANE SILVA CORÔA

Professora doutora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB, Campus XXI). E-mail: wcoroa@uneb.br

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o uso da vírgula em sintagmas vocativos em dois *corpora* do século XIX. O primeiro conjunto de dados é um conjunto de cartas escritas por brasileiros cultos, que foram reunidas por Carneiro (2005), em sua tese de doutorado. O segundo conjunto é de Atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), organizadas por Oliveira (2006). Ambos os *corpora* estão anotados morfológica e sintaticamente e estão disponíveis no site do *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* (<https://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>). A hipótese levantada é que haja diferença entre os brasileiros mais escolarizados e os brasileiros menos escolarizados. Por isso, apresentamos, de forma breve, o processo de escolarização na Bahia no século XIX e a participação dos negros nesse processo. Também discutiremos o papel da escola no processo de gramatização do português brasileiro no século XIX. Os resultados encontrados indicam que o fator escolarização pesa quando observado o emprego da vírgula junto a sintagma vocativos. Esse resultado aponta não apenas para as diferenças no processo de escolarização mas também para o peso que a escola tem como difusora do processo de gramatização de uma língua.

Palavras-chave: Sintagma vocativo. Gramatização. Século XIX. Escolarização. Vírgula.

ABSTRACT

This article aims to analyze the use of the comma in vocative phrases at two corpora of the 19th century. The first data set is the one with refined Brazilian written letters that were gathered by Carneiro (2005), in her doctoral thesis. The second data set will be Minutes of the Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), organized by Oliveira (2006). Both *corpora* are morphologically and syntactically annotated and are part of the *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* (<https://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>). The raised hypothesis is that there is a difference between more educated Brazilians and less educated Brazilians. Therefore, we briefly presented, the process of schooling in Bahia in the 19th century and the participation of black people in this process. We will also discuss the role of the school in the process of grammatization of Brazilian Portuguese in the 19th century. The theoretical framework adopted relied on the grammatical discussions of Brazilian Portuguese (Auroux, 1992; Orlandi, 2000). In this sense, it was necessary to highlight schooling in Bahia (Souza, 2012; Oliveira e Lobo, 2009) to then analyze the comma (Yano, 2018) to separate the vocative phrase. From the analysis of the results found, the contrast between the writing was observed, regarding the use of the vocative phrase accompanied by a comma between the minutes and the letters. This result was obtained based on the justification that these individuals have gone through different schooling processes.

Key-words: Vocative phrase. Grammatization. 19th century. Schooling processes. Comma.



1 INTRODUÇÃO

A gramática, enquanto capacidade inata, é fruto de regras recursivas subjacentes que definem uma gramática universal e permitem que um indivíduo adquira uma língua (CHOMSKY, 1998). Por isso, a aquisição e a mudança estão atreladas (KROCH, 2001). Alguns usos da língua, no entanto, principalmente aqueles atrelados à escrita, não surgem durante o processo de aquisição, mas necessitam ser aprendidos durante o período de escolarização. É assim para o uso da pontuação, por exemplo. Uma das tecnologias utilizadas pela escola para ensinar aquilo que não emerge durante o processo de aquisição é a gramática, em sua acepção normativa/prescritiva. A gramática normativa tem a responsabilidade de prescrever o padrão de uma língua e o ensino desse padrão se dá por meio de regras. De forma sistematizada, a gramática observa os usos e recomenda um padrão. Por isso, neste artigo, investigamos o funcionamento de um item que não é adquirido de modo natural, mas que necessita da escolarização para que seja aprendida: a vírgula. Analisaremos o uso da vírgula diante de sintagmas vocativos. Foi feito um estudo com dois corpora do século XIX que estão anotados morfológica e sintaticamente. O primeiro conjunto de dados é escrito por brasileiros cultos e foram reunidos por Carneiro (2005), em sua tese de doutorado. O segundo conjunto é de *Atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos*, organizadas por Oliveira (2006).

A escolha dos corpora se justifica, pois de um lado tem-se claramente indivíduos que passaram pelo processo de escolarização formal e de outro, indivíduos que aprenderam a escrever por outras vias. A hipótese é que haja diferença entre os brasileiros mais escolarizados e os brasileiros menos escolarizados, levando-se em conta que a pontuação é algo que se aprende no ambiente escolar. Para confirmar e/ou refutar nossa hipótese, observamos como uma gramática e um livro didático brasileiros do século XIX tratavam a vírgula e discutimos o processo de escolarização nesse século.

O século XIX foi um período muito importante na história do Brasil, do ponto de vista do processo de gramatização, pois foi o momento em que muitas gramáticas foram escritas. Os autores nem sempre eram estudiosos da língua; alguns eram médicos, engenheiros e historiadores. Foi um século de transição em que vários acontecimentos marcaram a era, o Brasil se desvinculava da Europa e assumia sua própria identidade linguística e assim a língua falada no Brasil foi instrumentalizada por esses gramáticos brasileiros. Por isso, traçamos um panorama de como aconteceu a gramatização no Brasil e o papel da escola nesse processo. No caminho, examinamos a escolarização na Bahia no século XIX e a participação dos negros nesse processo.

O texto está organizado do seguinte modo: em 2 discutimos o processo de gramatização e sua relação com os materiais didáticos, além de trazer um panorama da escolarização na Bahia. Em 3, analisamos como a vírgula

aparece em uma gramática e em um livro didático do século XIX. Em 4, apresentamos os corpora analisados e a metodologia de coleta de dados. Em 5, descrevemos e discutimos os dados encontrados. Por fim, apresentamos as considerações finais.

2 O SÉCULO XIX, O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO E A ESCOLARIZAÇÃO NA BAHIA

O saber linguístico, segundo Auroux (1992, p. 16), “é múltiplo e principia naturalmente na consciência do homem falante” e é resultado de um fazer metalinguístico, fruto do pensamento do homem sobre o conhecimento que se tem sobre uma língua. Para partilhar esse conhecimento, o homem lança mão de modos de instrumentar a língua.

A gramatização da língua é “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (Auroux, 1992, p. 65, grifo do autor). Instrumentar uma língua contribui para fixar uma padronização travando as mudanças. As gramáticas e os dicionários são tecnologias importantes para conter as mudanças de uma língua porque padronizam, unificam e propagam os usos através da prescrição de determinadas normas.

O século XIX foi um período crucial para o processo de gramatização da língua brasileira devido ao aumento dos números de gramáticas escritas em solo brasileiro por brasileiros. Essa época foi marcada por acontecimentos como a independência do Brasil, juntamente com a abolição da escravidão. Esses marcos, entre outros, trouxeram alterações no modo de vida brasileiro, e essas alterações podem ser observadas na língua e nos registros que ficaram. Orlandi (2000) afirma que “o processo de gramatização brasileira do português constitui [...] um saber sobre a língua e as suas singularidades, e processa a historicização da língua no território nacional”.

Em um estudo de diferenciação entre o português brasileiro e o português europeu, Tarallo (1993) argumenta que:

[...] no final do século XIX, a gramática do Português Brasileiro exibe diferenças estruturais em relação à do Português Europeu. Evidências quantitativas apontam para a ocorrência de “mudanças dramáticas” na virada do século XIX para o XX, deixando claro, então, que uma gramática brasileira, ou uma variedade especificamente brasileira, de fato emergiu com sua própria configuração, diferenciando-se radicalmente da variedade lusitana.

Nesse período em que a língua falada já se afastava dos padrões europeus, a disseminação da escrita ocorria principalmente através da escola, espaço onde as duas tecnologias de gramatização – o dicionário e a gramática – são amplamente difundidos.

O século XIX, também, é palco de muitas reformas no ensino, seguindo as transformações políticas e econômicas do período. As reformas no ensino foram uma reação à pressão interna, principalmente da elite, que ansiavam por um ensino que seguisse a matriz europeia. Na Bahia, o ensino começou a se expandir de forma substancial nesse século, quando aumentaram os números de aulas avulsas em um sistema de ensino conhecido como aulas régias. Segundo Oliveira (2005, p. 43):

Contava a Capitania, à época de Vilhena, com 18 aulas régias de ler e escrever, 19 de gramática latina, 1 de grego, 1 de retórica e 2 de filosofia; as quatro últimas, aliás, só existiam em Salvador. Portanto, somavam 41 as aulas de Humanidades. No ano de 1812, na Capitania, só as aulas de ler e escrever, ou seja, as de Primeiras Letras, aumentaram de 15 para 20 e, na cidade de Salvador, de 3 para 7.

O número crescente de aulas não significava que o acesso era de todos, além de que, o ensino não era efetivo para todos os que o desfrutavam, conforme Oliveira (2005, p. 44): “[...] As pouquíssimas aulas e escolas existentes se dirigiam aos filhos dos senhores de terra ou da alta burocracia e objetivavam, com frequência, apenas o ensino elementar da escrita e da leitura”.

Entre os escravizados, o índice de analfabetismo atingia 99.9% e entre a população livre, aproximadamente, 80%, um abismo que separava, pois, a elite letrada da grande massa de analfabetos e gente de educação rudimentar (Conceição, 2007).

A educação escolar do escravo era totalmente proibida na Bahia. Esta proibição será mantida durante toda a época da escravidão, mesmo durante a segunda metade do século XIX, em plena desagregação do sistema servil, como vemos abaixo num trecho do Regulamento de 5 de janeiro de 1881, conhecido como Regulamento Bulcão.

Art. 9. A matrícula escolar será gratuita.

Art. 10. A matrícula será feita pelo professor, mediante guia do pai, tutor ou protetor, em que se declare, além da naturalidade e filiação do menino, não ser escravo, ter idade de cinco a quinze anos, estar vacinado e não sofrer moléstia contagiosa (Anais, 1880, p. 35-40).

Os ingênuos, filhos de escravas, nascidos após a promulgação da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, tiveram o direito a se matricular nas escolas públicas, a partir de uma consulta feita pelo Diretor Geral de Instrução, Emílio Lopes Freire Lobo, em 1878 (Nunes, 2008). Porém, a lei estabelecia que, embora “livres”, os ingênuos permaneceriam sob a guarda e a autoridade dos senhores de suas mães. Estes senhores por sua vez poderiam utilizar-se dos serviços dos ingênuos até os 21 anos de idade ou entregá-los ao estado ao completarem 08 anos de idade mediante indenização de 600\$000 (Conceição, 2007). Desse modo, as oportunidades de que negros livres e forros frequentassem

alguma instituição de ensino na Bahia, ao longo do século XIX, eram praticamente mínimas, ou nulas, quadro que não muda após a abolição da escravatura.

Ainda que não tivessem acesso à escola, Oliveira e Lobo (2009), apontam, a partir de uma pesquisa feita por Andrade (1988, p. 146), que 6.974 escravos urbanos na cidade de Salvador, entre o período de 1811 e 1860, sabiam ler, escrever e contar. Outros pesquisadores também retratam que havia uma parte da população negra com diferentes graus de letramento. Portanto, surge o questionamento de como os escravizados tinham acesso ao letramento e à alfabetização.

A hipótese levantada por diversos pesquisadores (Andrade, 1988; Mattoso, 1992; Oliveira, 2005; Oliveira e Lobo, 2009) é de que, por necessidade ou até mesmo afinidade, havia senhores que ensinavam os seus escravos em suas próprias casas. Além disso, outros espaços também davam acesso à educação e ao ensino como as irmandades negras e algumas instituições que acolhiam menores abandonados, como a *Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim*.

Esses espaços, assim como a escola, eram importantes instrumentos de transmissão do padrão linguístico vigente à época, que buscavam reafirmar um padrão culto escrito, seguindo o modelo lusitano, negando o português culto oral, que refletia o português *standard*, comum, brasileiro (Souza, 2012).

3 A VÍRGULA EM UMA GRAMÁTICA E EM UM LIVRO DIDÁTICO BRASILEIRO DO SÉCULO XIX

Como vimos anteriormente, no século XIX houve uma preocupação com a expansão da escolarização. Do mesmo modo, houve uma expansão na produção de materiais quer didáticos, quer normativos. Isso levou ao surgimento das primeiras gramáticas e materiais didáticos escritos em solo brasileiro.

Essas produções tentaram levar a língua a um afastamento de Portugal e reafirmar uma identidade para o português em solo brasileiro. O autor ao constituir a sua obra – seja uma gramática, seja um dicionário, ou mesmo um livro didático – carrega a sua interpretação sobre a língua que se fala, projetando assim o Estado através do sujeito e da língua nacional. Orlandi (2000) afirma ao dizer:

A gramatização do português brasileiro, mais do que um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, tem como consequência algo mais substancial e definidor: a constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática. São processos de individualização que são desencadeados: individualiza-se o país, individualiza-se o seu saber, individualiza-se seu sujeito político e social.

Se por um lado o processo de gramatização auxiliou na construção da identidade nacional brasileira, por outro

lado, não foram bem-sucedidas no que tange aos padrões gramaticais, pois ao final do século XIX, a norma de prestígio, padrão, cede cada vez mais a pressão lusitanizante (Pagotto, 1998). As ferramentas de gramatização, sobretudo as gramáticas e livros didáticos, à época, eram muito pautados nas normas lusitanas, contribuindo para a manutenção de uma variante de prestígio distante da realidade social brasileira.

É isso que vemos em (1), na *Grammatica Portuguesa*, de Julio César Ribeiro Vaughan e em (2), no livro didático *Syllabario Portuguez*, de J. R. Galvão. A *Grammatica Portuguesa*, de Julio Ribeiro foi publicada em São Paulo em 1885. A obra visa “expor os usos da língua”, sendo, portanto, o primeiro compêndio que se ocupou em gramatizar a variante brasileira do português. Já o *Syllabario Portuguez ou novo método para aprender a ler em breve tempo a língua portuguesa e o sistema métrico ilustrado com numerosas estampas*, de J. R. Galvão, circulou por diversas províncias, entre elas, a Bahia, a partir da década de 1860.

Em ambos os textos encontramos orientações parecidas sobre o emprego da vírgula, refletindo as mudanças ocorridas no sistema de pontuação português. Segundo Yano (2018, p. 225) entre os séculos XV e XIX, “as funções prosódica e discursiva eram mais predominantes no sistema de pontuação do português”. Já no século XIX, “os gramáticos voltaram-se mais aos problemas da sintaxe e, com isso, as regras de uso dos sinais de pontuação passaram a ser mais baseados em relações de dependência entre as partes das sentenças”.

1. (1) Entre as palavras membros e clausulas que estão na mesma relação;

(2) Antes de depois de cada palavra, frase ou clausula, que se pode suprimir sem desnaturar o sentido;

(3) Depois de uma clausula que não se pode suprimir sem ofensa do sentido, mas que é bastante extensa, exemplo: “*Um árabe que se destina ao rude officio de salteador do deserto, acostuma-se cedo às fadigas das correrias.*”

Chama-se a esta virgula de virgula de respiração.

(4) Para substituir um verbo subtendido;

(5) Depois de muitos sujeitos *eguaes* em força de expressão, entre os dois últimos não medeia a conjunção *e*; Esta regra tem por fim evitar que o verbo pareça referir-se com mais especialidade ao sujeito que o precede imediatamente;

(6) Depois das conjunções *mas, ora, pois, porquanto, todavia, quando, si*, principiando por elas a sentença, quer-se insistir sobre a sua significação;

(7) Depois de *assim, então, demais* e de outros advérbios e locuções adverbiais empregadas em princípios de sentenças com sentido de conjunção;

(8) Depois de *sim* ou *não* colocados no principio da sentença;

Omite-se a vírgula:

(1) Entre partes ligadas pelas conjunções *e, nem, ou*, a não ser que taes partes sejam muito extensas;

(2) Depois do ultimo de muitos sujeitos quando esse ultimo se tem chegado por uma como gradação (Ribeiro, 1885, p. 274-275).

2. (3) A virgula indica a pausa menor de todas. Usa-se della para separar o sujeito, a quem se dirige a palavra, como: *Senhor*, tende misericórdia de mim; Amo vos, *meu Deus*, sobre todas as cousas.

(4) Emprega-se tambem a virgula para separar umas orações de outras, quando são independentes, como: Deus tudo vê, tudo sabe, nada lhe é occulto.

(5) Serve igualmente para separar as orações incidentes ou enervadas, como: A caridade, *diz o Apostolo*, é benigna e paciente.

(6) Separam-se tambem com virgulas os substantivos, adjectivos e outras palavras continuadas, como a Historia, a Geografia e a Grammatica são sciencias que convém estudar; Este homem é estimavel, instruido, rico e bemfazejo.

(7) As conjunções *e, nem, ou*, suprem as virgulas quando os termos que ellas unem são simples e curtos, como: O exercicio e a frugalidade fortificam o temperamento; Nem o ouro nem a grandeza nos tornam felizes.

(8) Finalmente usa-se da virgula na falta do verbo, como: O homem afouto póde tudo e o timido, nada. Nesta oração vê-se que se supprime o verbo: e é como se dissessemos: *e o timido nada pode* (Galvão, 1879, P. 99-100).

Tanto na *Grammatica Portuguesa*, de Julio Cesar Ribeiro, quanto no *Syllabario Portuguez*, de J. R. Galvão, é possível identificar que a vírgula é, ao mesmo tempo, um elemento da sintaxe, que pode ser utilizado como recurso de organização das orações e, um marcador prosódico quando se indica a utilização como marca de respiração. O mesmo acontece no livro didático *Syllabario Portuguez*.

Como destaca Yano (2018), o emprego da pontuação – os sinais, as suas funções e as suas regras de uso – não é algo que emerge no processo de aquisição, mas se aprende na escola e se desenvolve pelo processo de escrita. Portanto, a escolarização e os instrumentos de gramatização são ferramentas necessárias para o domínio do uso do sistema de pontuação. As orientações presentes tanto no livro didático quanto na gramática eram repassadas aos estudantes em seu processo de aquisição da escrita, atendendo a uma padronização e a manutenção da variante de prestígio.

4 O CORPUS DE ANÁLISE: AS ATAS DA SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS E AS CARTAS BRASILEIRAS

O corpus de análise nesse trabalho são *Atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos* escritas por afro-brasileiros, que viveram na primeira metade do século XIX, e as *Cartas Brasileiras*, também escritas por brasileiros cultos ao longo do século XIX.

No ano de 2000, Klebson de Oliveira localizou, na Sociedade Protetora dos Desvalidos, um acervo de documentos escritos por africanos e negros brasileiros forros. Os escreventes não tiveram acesso à escolarização formal, mas, escreviam em português popular (Oliveira, 2006). Um dos méritos desse corpus “é consentir aproximações do que teria sido o português popular do passado”, porque, segundo Mattos e Silva (2001; 2002), os africanos e afrodescendentes foram responsáveis pela generalizada difusão do português popular brasileiro.

A edição filológica das Atas está disponível na tese de Oliveira (2006). Esses documentos também podem ser encon-

trados no *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* (GALVES, XXX, 2024) onde contam com a anotação morfológica e sintática. As Atas estão catalogadas no *Corpus Tycho Brahe* como va_002.

O segundo corpus que analisamos são cartas escritas para destinatários muito influentes e da alta sociedade do século XIX, como o Barão de Jeremoabo, Cícero Dantas Martins, que foi um político brasileiro, o único Barão de Jeremoabo; Severino Vieira que, também, foi um político brasileiro, entre outras pessoas importantes da época. Os escritores também eram pessoas pertencentes à alta sociedade, barões, marqueses, viscondes, entre outros, mas todos com acesso à escolaridade.

Figura 1: Exemplo de uma ata escrita por membros da Sociedade Protetora dos Desvalidos



Fonte: Corpus Histórico do Português Tycho Brahe.

As Cartas foram editadas na tese de doutorado de Zenaide de Oliveira Novais Carneiro – *Cartas Brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico filológico*. São 500 cartas particulares, depositadas no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e no Arquivo do Barão de Jeremoabo, de remetentes cultos, escritas entre 1809-1904 por indivíduos nascidos entre fins do século XVIII até o século XIX, educados em regiões urbanas.

A edição filológica das *Cartas Brasileiras* está disponível no *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* (CE-DOHS) (Carneiro; Lacerda, 2024) e as versões anotadas morfológica e sintaticamente também podem ser encontrados no *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* (GALVES, XXX, 2024) catalogadas como va_004. As *Cartas Brasileiras* foram agrupadas por data de nascimento dos remetentes, data de produção e grau de escolaridade. Com relação ao grau de escolaridade, Carneiro (2005) dividiu os escreventes entre brasileiros cultos e brasileiros semicultos. O Corpus em análise corresponde apenas às cartas escritas por brasileiros cultos.

O foco de análise é o uso da vírgula diante de sintagmas vocativos. Como ressaltamos anteriormente, a aquisição da

pontuação não ocorre de modo natural. Para tanto, é necessário expor-se ao processo formal de escolarização. Por isso, é necessário o contraste entre a escrita dos negros, que não passaram pelo processo formal de escolarização e a escrita das pessoas da alta sociedade que frequentaram o ensino superior, a fim de verificar se ambos os grupos possuem o mesmo comportamento na escrita utilizando vírgula para separar o vocativo.

Como os textos estão anotados sintaticamente, realizamos a busca com o auxílio da ferramenta *Corpus Search* (Randal et al., 2009). Para os dados dos Sintagmas Vocativos, realizamos a seguinte busca:

3. node: IP*
query: (NP-VOC* exists)

A sintaxe da busca informa o seguinte: busque todas as sentenças matrizes que contenham o Sintagma Vocativo. Ao utilizar o *CorpusSearch* em um corpus já anotado sintaticamente, é possível encontrar os fenômenos linguísticos de forma mais prática:

Figura 2: Exemplo de uma Carta remetida a Manuel Ignacio da Cunha e Menezes escrita por Jozé da Silva Lisboa

letter »

Carta 2

< AIGHBA. Ant. pasta 5. Documento contendo um fólio. Papel almaço amarelado sem pautas. Trechos ilegíveis por corrosão. Fólio protegido por papel manteiga. Carimbo do IGHBA com a anotação em tinta, "N 146" e na margem superior esquerda anotações a lápis, "5/2/33/733".

Ilmo Snr Manuel Ignacio da Cunha e Menezes

Rio de Janeiro 16 de Setembro de 1809.

Esta serve de me ir recomendar a lembrança de V Sa, e dar lhe os parabens do seu despacho que leva o Snr Inspector gal das Tropas, que tão bem mto abonou a V Sa pa o Serviço militar. Ainda que todos reconhe- [ção] [u]tilidade deste serviço á Nação, todavia não m comprazo de ver a V Sa implicado em subordinação e disciplina e, sendo necessario em serviços penosos, e destacamentos etc etc.

Já Participei a V Sa da Mercê q S A I fez a meu fo de hum Lugar de official da Secret de Estado dos Negocios Estrangos e de Guerra, onde V Sia deve lansar Proçam.

Sua Comadre e mas filhas se recomendão a V Sa.

A Pessoa de V Sa Ge Ds ms as

De V Sa

Ao Obmo Cr

Jozé da Silva Lisboa

524

Fonte: Corpus Histórico do Português Tycho Brahe.

Ao executar *Corpus Search* (Randal et al., 2009) em um corpus devidamente anotado, podemos encontrar de modo automático configurações lexicais e sintáticas de qualquer complexidade, codificar as características linguísticas de sentenças do corpus para posterior análise estatística etc.” (Corôa, 2022, p. 181).

Para que as buscas sejam realizadas é necessário um arquivo .psd que possibilita gerar um arquivo após a execução do programa, que são os arquivos de saída, arquivos de texto comum com anotações sintáticas no formato *penn Treebank*. Também é de fundamental importância que haja especificações de quais estruturas se deseja pesquisar. Dessa maneira, as *tags* cumprem essa função de agrupamento de fenômenos, executando um papel de extrema importância na pesquisa, e tornando-a fluida.

5 O CONTRASTE ENTRE A ESCRITA DAS ATAS DOS AFRO-BRASILEIROS E AS CARTAS BRASILEIRAS

Inicialmente, apresentamos os resultados relativos as atas da *Sociedade Protetora dos Desvalidos* e em seguida os dados encontrados nas *Cartas Brasileiras*.

Foram analisadas 53.529 palavras e 3.191 sentenças das Atas escritas pelos Afro-brasileiros da Sociedade Protetora dos Desvalidos, no período no século XIX. Entre essas sentenças, 64 continham sintagma vocativo, sendo 63 (98%) sem a presença da vírgula, e apenas 1 (3%) com a presença da vírgula (, ,). A seguir apresentamos alguns exemplos encontrados após a realização das buscas.

4. Então o nosso tesoureiro dando conta ao Conselho de que tinha ido recolhe no Banco da Bahia os 100\$000 que lá achara ou mais dinheiro que pertence a esta Sociedade encostado, porque

no correr de 1 ano os nossos antecessores não cuidaram em ir levantar as quantias que lá estava em conta corrente e que só tinha recebido nesta e em diversos estabelecimento a quantia 66\$380 de dividendo, por aí **senhores** podereis notar o que é a vida de 1 operário que todo tempo lhe é pouco para ganha o pão para sua pobre de que é composta esta Sociedade que emrode de 1 ano só para não perderem 1 ou meio dia de serviço Não foram levantar o dividendo da Sociedade, (VA_002_PSD,3.20).

5. **Meu senhores**, pensem, bem. (VA_002_PSD,39.310).

6. Felizmente **senhor** neste dia esta Sociedade teve a fortuna de contar com mais um Magistrado Honrado e generoso o Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor desembargador Antônio Joaquim da Silva Gomes então presidente desta província, Como nosso sócio, protetor sendo nomeado para esta ilustre comissão o senhores sócios Narcizo Dominges de Santa Izabel Francisco Ancelmo e Cosmida Virgem, (VA_002_PSD,5.23).

7. **Amados e caros sócios** Agora que juntos nos achamos para cuidar-nos no nosso bem-estar não deixarei passar em silêncio Sem querer ofender a sua modéstia e ação de generosidade e virtude praticada pelo nosso sócio presidente o qual querendo tomar sobre seus auspícios o socorro educação dos dois menores filhos do nosso finado sócio Marcelino Joaquim Paranhos a viúva, ingrata o exímio de semelhantes ônus agradecendo a ação meritória que a Sociedade lhe desejava prestar ação que guljo será praticada por muitos dos nosso consórcios que parecem partilhar nos mesmos sentimentos de heroísmo e grandeza de almas. (VA_002_PSD,6.29).

8. Perguntou- -lhe o senhor presidente **Senhor sócio** Vossa Senhoria veio na sessão passada. (VA_002_PSD,26.175).

9. **Senhores** Principiando eu a funcionar como me determina o artigo 18 -- título 5º dos Estatutos

no dia 3 -- de janeiro, de 1864 -- cuidei logo em organizar um comissão composta de 3 senhor sócios para dirigirem os trabalhos da planta da nossa Casa de Asilo projeto, este que o meu antecessor já tinha dado princípio. (VA_002_PSD,19.98).

10. e disse **senhor presidente** isto é meter abuso na Sociedade pois quando outro quiser faz o mesmo. (VA_002_PSD,25.148).

11. e diz **senhor presidente** peço que Vossa Senhoria mande- -me ler o artigo 25 – dos Estatutos até o § 8 – (VA_002_PSD,25.150).

12. Depois de lido o citado artigo disse ele **senhor presidente** é melhor reformar a letra por que não se perde nada com isto; porque ele reforma a letra e fica pago do juro; (VA_002_PSD,25.151).

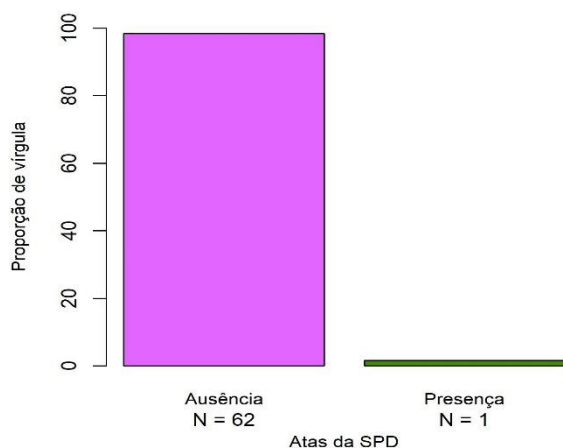
13. Pois respondeu o **senhor** sócio Geraldo sim

Tabela 1: Uso da vírgula em sintagma vocativo nas Atas da SPD

AUSÊNCIA	PRESEÇA	TOTAL
63 (98%)	1 (2%)	64 (100%)

Fonte: Os autores.

Gráfico 1: Proporção de uso da vírgula nas Atas da SPD



Fonte: Os autores.

senhor (VA_002_PSD,26.164).

Nas Cartas Brasileiras (1809-1904), foram analisadas 63.083 palavras e 1.655 sentenças. Entre essas sentenças, 27 continham sintagma vocativo, sendo 12 (44%) sem a presença da vírgula, e 15 (56%) com a presença da vírgula (, ,).

14. Esta, **excelentíssimo senhor**, tem por fim pedir-vos encarecidamente que aceitais a minha cooperação em prol da candidatura do doutor Rodrigues Alves, com a publicidade da carta que junto a esta e de outros que, oportunamente, enviarei a Vossa Excelência. (VA_004,0.180).

15. Companheiros viagens e hóspedes ficaram **senhores** de definir primeiros dias. (VA_004,0.660).

16. E porque seja **meu ilustre amigo** uma das mais fortes, senão a mais forte calúnia, em que se terá de

apoiar a futura administração, limito-me a esperar, digo, animo-me a esperar que patrocine com o seu efetivo e eficaz auxílio a pretensão que trago em mente, e diz- -me o coração que não espero em vão. (VA_004,0.843).

17. Vê **oh meu ilustre amigo** por estas referências que a coisa não vai mal; (VA_004,0.839).

18. **Meu bom Pai**, estou agoniadíssima (VA_004,0.132).

19. Não tendo recebido até hoje as letras para fazer a substituição nos bancos conforme seu telegrama de 30 de dezembro findo e acreditando que podem se ter dado o extravio de outras, resolvi passar hoje o seguinte telegrama: “ainda não recebi letras nem cartas **Vossa Excelência**” Sendo cifrada as palavras letras e carta. (VA_004,0.372).

20. Leve o **meu ilustre amigo** a conta da necessidade desta prosa mais larga a demora havida em acusar o recebimento de seu prezado cartão, que mais uma vez agradeço. (VA_004,0.844).

21. Consumi o maior dos sacrifícios, **meu amigo!** (VA-004-2009,0.241).

22. Tais são minhas intenções, **meu amigo**; (VA-004-2009,0.257).

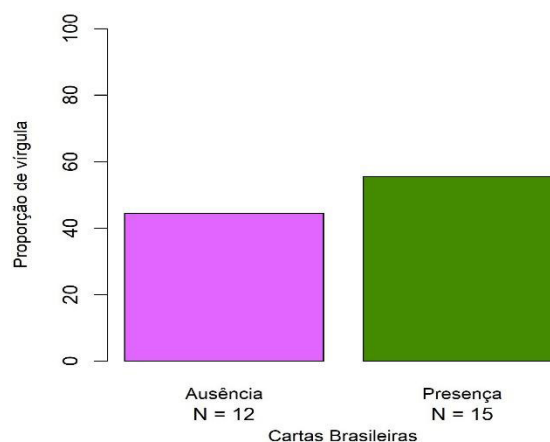
23. **Meu bom amigo**, é esta certamente uma coisa, de que nunca poderei arrepender-me. (VA-004-

Tabela 2: Uso da vírgula em sintagma vocativo nas Cartas Brasileiras

AUSÊNCIA	PRESEÇA	TOTAL
12 (44%)	15 (56%)	27 (100%)

Fonte: Os autores.

Gráfico 2: Proporção de uso da vírgula nas Cartas Brasileiras



Fonte: Os autores.

2009,0.261).

Nos dados pesquisados, entre as Atas escritas pelos Afro-brasileiros da *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, 64 sentenças contavam com um sintagma vocativo, sendo que 98% sem a presença de vírgula e apenas 3% com a presença da vírgula (, ,). Nas *Cartas Brasileiras*, 27 sentenças apresentaram

o sintagma vocativo. Destas 44%, não apresentavam a presença da vírgula, e em 56% a vírgula foi empregada. Desse modo, nas *Cartas Brasileiras* o emprego da vírgula diante de sintagmas vocativos foi maior do que nas atas dos afro-brasileiros.

Aplicamos o teste qui-quadrado, a fim de confirmar nossa hipótese: há diferença entre os brasileiros mais escolarizados e os brasileiros menos escolarizados devido ao processo de escolarização. O resultado do teste qui-quadrado ($p > 0.05$) indica que a diferença entre os grupos é significativa.

Os escreventes afro-brasileiros tiveram acesso à escrita, não por meio da escolarização formal, pois lhes era restrita, mas, por outros meios. Enquanto alguns negros talvez tivessem sido alfabetizados pelos seus senhores, a *Sociedade Protetora dos Desvalidos* que, de início, mostrava interesse religioso, também garantiu acesso à alfabetização e ao letramento, Oliveira (2005, p.):

[...] a historiadora Antonietta d'Aguiar Nunes (2000, p. 13) afirma que Manuel Vítor Serra, fundador da SPD, era maometano, com base no argumento de ser ele alfabetizado e de se preocupar com a educação dos demais negros, em uma época em que não podiam frequentar escolas, muito menos saber ler e escrever. Observe-se que ser alfabetizado foi o indício de que se utilizou a historiadora para mostrar a devoção do fundador da SPD ao maometanismo e não o contrário.

Com base nessas informações, sabemos que Manuel Vítor Serra fundador da *Sociedade Protetora dos Desvalidos* era alfabetizado. Além dele, outros membros também eram letrados, como aponta Oliveira (2005, p.):

Diante disso, pode-se cogitar que a preocupação com a alfabetização de outros membros talvez não fosse afeta apenas a Manuel Vítor Serra, mas também a outros sócios, àquela altura já letrados, e, assim sendo, é possível que tenha se espalhado entre os membros da SPD aquela 'iluminação do século XVIII' a que fazem referência os irmãos da Irmandade de São Benedito.

Sendo assim, por obterem o letramento fora do ambiente escolar – ferramenta de propagação da gramatização – os negros não dominavam o padrão veiculado nas gramáticas e dicionários da época.

Das *Cartas Brasileiras*, escritas pelos cultos, esperaríamos, por serem pessoas com acesso à escolarização, que a proporção do sintagma vocativo acompanhado da vírgula seria maior. Porém, o percentual encontrado não ultrapassou 56%. Esse percentual parece indicar que, embora esses indivíduos tivessem sido alfabetizados em ambientes formais, inclusive com acesso ao ensino superior, a aquisição da pontuação via escolarização não foi plena.

Ao recapitular a história da escolarização na Bahia, é notório que o ensino não era tão eficaz, não havia tantas

aulas, o foco era mínimo na habilidade de leitura e escrita (Souza, 2012). A respeito da qualidade dessas aulas, Souza (2012, p. 4) traz um dado interessante em que Casimiro de Sena Madureira, Diretor Geral dos Estudos, em Relatório ao Presidente da Província, em 1851 diz:

Quando houver compendios, e exemplares para todos os alumnos será muito conveniente obrigar os Professores ao ensino simultâneo, no qual o prestígio da voz do mestre tem grande força para chamar atenção dos meninos, pelo que tem-se assentado ser este o melhor methodo a seguir-se, no que está de acordo a Lei nº 37 de 14 de Abril de 1836 art. 18, que estabelece o methodo simultâneo para escolas, que forem frequentadas por menos de 100 discipulos. Nenhuma escola tem a Província à qual concorrão no mesmo dia mais de 90 alumnos, embora em alguns mappas se ache que a matricula excede deste numero, pelo que o ensino simultâneo he o que está no caso de ser legalmente praticado na Província, e o que me parece mais próprio para a educação dos meninos. Seria conveniente obrigar-se o Pae do alumno a dar-lhe os compendios, e exemplares indispensáveis ao ensino simultâneo [...].

Notamos aqui, que além de a organização escolar ser precária e ainda estar em construção, os métodos de ensino, os materiais didáticos, as condições em que eram formadas as turmas, com um número exacerbado de alunos e gramáticas cujo acesso era restrito aos professores, contribuíam para a uma escolarização pouco eficaz.

Sendo a escolarização pouco eficiente e com materiais didáticos e gramáticas apenas para os professores, aprender a usar a vírgula deveria ser difícil até para aqueles mais escolarizados. Como os sinais de pontuação e as suas regras de uso na escrita apenas são aprendidos no ambiente escolar, a ausência de materiais didáticos e gramáticas adequados – visto que o processo de gramatização foi intenso apenas na segunda metade do século XIX, quando as primeiras gramáticas da língua portuguesa criadas no Brasil começaram a ser produzidas, em maior escala – pode ter impactado o processo de aprendizagem da vírgula pelos cultos.

A gramatização da língua em solo brasileiro ocorreu com o objetivo de se desvincular do português europeu, mas como foi discutido anteriormente, essa desvinculação foi mais simbólica do que normativa. O processo de gramatização ajudou a afirmar uma literatura e identidade brasileira, e se esperaria que fosse instrumentalizar uma língua brasileira com as suas próprias regras, constituindo assim um falante nacional. Sousa (2016, p.) relata que:

A constituição de um falante com sua respectiva identidade nacional corresponde ao surgimento de um cidadão com uma língua própria em realização, visível na gramática, e é isto que se apresenta como proposta de autonomia do falante e possibilita a formação de um sujeito de direitos inserido em um universo de fenômenos linguísticos em articulação

com os processos ideológicos.

Porém, na questão da existência de uma língua brasileira, para a expressão de uma literatura nacional, o debate travado na época tem como resultado a tendência de seguir a norma lusitana. Por isso, a norma de uso da vírgula retratada na gramática e no livro didático analisados é semelhante as normas portuguesas. Nesse sentido, a gramatização favoreceu o processo de escolarização e reforçou a norma europeia vigente através da elaboração de gramáticas.

Por fim, a dificuldade dos cultos em empregar a vírgula diante do sintagma vocativo pode ser relatada também pela confusão das regras gramaticais que, para o uso da vírgula, consideram tanto aspectos sintáticos como prosódicos, ligados à fala. Como essas regras não são claras, os aprendizes podem se confundir ao empregar a vírgula.

Os dados obtidos mostram diferenças entre os dois grupos: os brasileiros que escreveram as cartas e os afro-brasileiros que escreveram as atas, os que foram alfabetizados na escola, e os que não tiveram acesso a ela. Mesmo entre os cultos, o ensino era precário, porém, a situação era mais estruturada do que entre os negros. Os cultos tinham acesso a gramáticas e livros didáticos, por meio dos seus professores e por meio da escola, enquanto não sabemos se os negros não conseguiam acessá-los. Isso pode ter contribuído para reforçar as diferenças no processo de aquisição da escrita entre esses grupos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscamos investigar o uso da vírgula em cartas e atas do século XIX com o objetivo de identificar se havia diferença entre os indivíduos mais ou menos escolarizados. Inicialmente, levantamos algumas discussões sobre a escolarização no século XIX, que foi um século importante na história da língua portuguesa brasileira. Destacamos que nesse século o português brasileiro começou a se desvincular do português europeu, obtendo a sua própria identidade. O que colaborou para esse marco foi o processo de gramatização, a produção de caráter nacional das gramáticas que passou a normatizar a língua. Com o surgimento exacerbado de gramáticas, a norma da época foi difundida através do processo de escolarização. Na Bahia e também em todo território colonial, em que a educação e o letramento eram levados através da escola para os cidadãos, os escravos não tinham o direito de frequentar a escola, estando à margem e fora desse lugar de aprendizagem. Ainda assim aprenderam a ler e escrever, mas, por outros meios. O processo de alfabetização e letramento dos negros se deu tanto a partir da interação deles com os seus senhores quanto pelas irmandades negras, a exemplo da Sociedade Protetora dos Desvalidos. Logo, a escola ficou para os ricos da época, os que detinham poder financeiro e econômico. Os resultados confirmaram a hipótese levantada e indicam que os escreventes das Atas dos Afro-brasileiros,

por não acessarem os espaços formais de escolarização, não utilizariam, segundo a norma vigente, a vírgula para separar o sintagma vocativo. Já os escreventes das *Cartas Brasileiras*, os escreventes cultos, mesmo tendo acesso à escolarização formal, não a empregaram categoricamente. A escolarização precária como ressalta Souza (2012), a ausência de materiais didáticos que auxiliariam na compreensão das regras de uso dos sinais de pontuação na escrita e a ambiguidade das regras gramaticais que, para o uso da vírgula, consideram tanto aspectos sintáticos como prosódicos, podem ajudar a explicar a dificuldade também dos cultos em empregar essa regra.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas/SP: UNICAMP, 1992.
- GALVES, Charlotte; ANDRADE, Aroldo Leal de; and FARIA, Pablo (2017, December).
- Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese**. URL: [texts/psd.zip](https://psd.zip).
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. 2005. **Cartas Brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico filológico**. Tese de doutorado. Campina: Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade de Campinas. 2 v.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira (org). CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão. URL: <http://www.uefs.br/cedohs>.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- OLIVEIRA, Klebson; LOBO, Tânia. **África à vista**. Salvador: EDUFBA, 2009. 367p.
- ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. O estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento linguístico. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 4, n. 5, p. 19-34, 2000.
- PAGOTTO, E. Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 1, n. 2, p. 49-68, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8663583>. Acesso em: 22 jun. 2023.
- RIBEIRO, Julio. **Grammatica Portuguesa**. Typografia de Jorge Seckler, São Paulo, 1881.
- SOUZA, C. C. de, & Alvares, L. A. S. P. (2016). A Gramática e a Gramatização: o ensino da gramática e o processo

de gramatização brasileiro. **Revista ECOS**, v. 19, n. (2). Recuperado de <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/1163>.

SOUZA, EH. A língua e a escola na Bahia no século XIX: um olhar sobre materiais didáticos. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 647-666. ISBN 978-85-

232-1230-8.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português daquém e dalém-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Ed.). **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora UNICAMP, 1993. p. 69-105.

YANO, Cynthia Tomoe. **A história do emprego de vírgula do português clássico ao português europeu moderno**. 2018. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Estudos da Linguagem Campinas, SP.